

Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir

Search-Act, Search-Intervene, Search-Interfere

Investigar-actuar; investigar-intervenir; investigar-interferir.

Fernanda Spanier Amador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Nair Iracema Silveira dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

Este artigo discute modos de pesquisar a partir da máxima “transformar para conhecer”, tal como propõem os socioanalistas. Aborda-se as derivações da pesquisa-intervenção considerando produções que tratam de sua gênese teórica e social na França e suas atualizações no Brasil, tratando de estratégias de produção de conhecimento forjadas no bojo das discussões relativas aos modos de fazer ciência no campo social. A partir daí, são tematizadas três séries/modulações de fazer pesquisa: pesquisar-agir; pesquisar-intervir; pesquisar-interferir.

Palavras-chave: Pesquisa-Intervenção; Pesquisa-Ação; Pesquisa-Intercessão.

Abstract

This essay examines modes of research summarized in the adage “transform to cognize”, as the socio-analytical approach proposes. We examine the developments of the intervention research through the consideration of materials that address their social and theoretical genesis in France and their reenactments in Brazil, dealing with knowledge production strategies forged in the midst of the debates concerning the different modes of making science in the social field. Then are themed three series/modulations of the making of research: search-act; search-intervene; search-interfere.

Keywords: Intervention Research; Action Research; Intercession Research.

Resumen

Este artículo discute modos de investigar a partir de la máxima “transformar para conocer”, tal como proponen los socioanalistas. Se abordan las derivaciones de la investigación-intervención considerando producciones que tratan de su génesis teórica y social en Francia y sus atualizaciones en Brasil, tratando de estrategias de producción de conocimientos forjadas en la capacidad de las discusiones relativas a los modos de hacer ciencia en el campo social. De ahí, son tematizadas tres series/modulaciones de hacer investigación: investigar-actuar; investigar-intervenir; investigar-interferir.

Palabras clave: Investigación-Intervención; Investigación-Acción; Investigación-Intercesión.

Um início entre ações, intervenções e intercessões

Na construção deste texto, lembranças evocam o incômodo com a enunciação "pesquisa-intervenção", dadas as condições históricas de sua emergência em solo brasileiro no auge da ditadura militar, um processo político que marcou a história na América Latina, produziu resistências e marcou vidas em contexto de violações de direitos humanos. Atentas às condições que produzem o sentido de um enunciado, escutamos o burburinho, nos vários espaços em que propomos uma pesquisa-intervenção, indicando demandas para análise. Este estranhamento sinaliza a pista que guia a relação que

estabelecemos entre pesquisa e intervenção: a necessidade de desnaturalizarmos nossas práticas, neste caso, de problematizarmos a marca histórica da palavra "intervenção" num país que sofreu violências por intervenções militares e que não deixou imune a análise da função da pesquisa e das práticas *psi*. O que para nós, autoras deste texto, demarca rupturas, para outros produz diferentes relações com os respectivos cenários de práticas, na multiplicidade que nos constitui.

Com este início de texto, anunciamos que, mais do que problematizarmos uma palavra, propomos discutir sobre como estamos inventando os modos de pesquisar a partir da máxima “transformar para conhecer”, tal

como propõem os institucionalistas que nos referenciam (Rodrigues, 1999). Assim, abordamos neste artigo as derivações da pesquisa-intervenção considerando produções que abordam sua gênese teórica e social na França e suas atualizações no Brasil. Nosso objetivo é falar da pesquisa-intervenção enquanto estratégia de produção de conhecimento forjada no bojo das discussões relativas aos modos de fazer ciência no campo social, problematizando três séries/modulações de fazer pesquisa: pesquisar-agir; pesquisar-intervir; pesquisar-interferir.

Entre o pesquisar-agir e o pesquisar-intervir

Ao propormos mais um espaço para refletir a respeito do tema pesquisa-intervenção, buscamos evidenciar uma linha de análise que percorra as estratégias de produção de conhecimento forjadas no bojo das discussões relativas aos modos de fazer ciência no campo social. Assim, indicamos que mais do que uma nova modalidade técnica de fazer pesquisa, a pesquisa-intervenção se afirma como certa política de abordagem do próprio social, isto é, como certo

modo de concebê-lo e de problematizá-lo. Neste sentido, consideramos a análise genealógica de Silva (2004, p.13) a respeito da noção de social, constituindo-o como um “um campo problemático” e não como uma evidência ou um “objeto natural”, portanto o social é “construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo”.

Pela própria gênese histórico-conceitual da pesquisa-intervenção, ligada aos movimentos políticos da década de 60 e da contracultura emergindo no escopo da Análise Institucional Socioanalítica, cujas principais referências são René Lourau e Georges Lapassade, vemos que a interrogação dos sentidos cristalizados como instituições passa a ser a menina dos olhos das investigações. O social, então, longe de ser entendido como um plano de sociabilidade relativo às relações interpessoais no âmbito grupal e organizacional, ou, ainda, como zona de disfuncionamentos a serem regulados numa perspectiva do social enquanto campo assistencial, passa a ser afirmado como tecido de instituições, como teia de normativas sociais que produzem certos

modos de ser e viver, a partir dos quais se pode constituir uma análise social coletiva através da intervenção socioanalítica do instituído (Lourau, 1993).

Assim, a pesquisa-intervenção enquanto modo de produção de conhecimento emerge na contra-mão da busca por respostas às necessidades, que com a consolidação do capitalismo como modelo de produção dominante se impuseram, no sentido de garantir as transformações sociais requeridas. Em lugar disso, a pesquisa-intervenção é gestada enquanto estratégia de produção de conhecimento combativa ao modelo do projeto moderno de ciência, esse almejando a dicotomização sujeito-objeto, razão-realidade.

Podemos situar a série que constitui os modos de pesquisar-agir como uma linha de pensamento que se movimenta no percurso desta problematização, tendo Kurt Lewin (1965) como referência, desde uma perspectiva de ação que se situava mais no “conhecer para transformar” (Rocha e Aguiar, 2007). A gênese do social dos trabalhos de Lewin (1965) está marcada por sua proposta de mudança social no contexto pós-guerra, de crise social nos

EUA, em que, ao ser contratado pelo governo americano, passa a deslocar os estudos de laboratório sobre a dinâmica grupal para problemas sociais que emergiam em vários setores. A investigação visava transformação de uma realidade, partindo de uma situação concreta a modificar, com a participação e conscientização dos sujeitos para mudança de comportamento, mas tendo o pesquisador, também o lugar de participante, incluído no campo e tendo influência na modificação do objeto estudado. Apesar das rupturas estabelecidas por este modo de pesquisar-agir com os modos clássicos de fazer pesquisa, a ação aqui se configurava mais como uma proposta adaptativa do que de transformação, já que propunha a identificação e a criação de processos interativos que facilitassem a mudança. A inserção no campo asseguraria a verdade do conhecimento produzido, contrapondo-se ao caráter artificial da situação de laboratório. Assim, embora a contribuição dessa abordagem no que se refere à crítica de reprodução do modelo de experimentos em laboratório, bem como da análise da parcialidade do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa e na

relação com o objeto estudado, ainda permanece uma divisão entre sujeito e objeto.

Para Rocha e Aguiar (2003), com a perspectiva de Lewin, houve uma desestabilização do mito da objetividade na produção do conhecimento e foi evidenciada uma forma de investigar e agir sobre o campo de pesquisa diversa da tradição positivista de neutralidade e isenção do pesquisador. Entretanto, as autoras concordam com a perspectiva de Barros (2007) quanto ao fato de que as análises produzidas nas pesquisas em psicologia social mantinham um paradigma funcionalista, as quais eram direcionadas à compreensão das disfunções, seja na estratégia do pesquisador, seja nas circunstâncias dos agentes do campo estudado.

Na França, os movimentos sociais que emergem no pós-guerra, especialmente a partir da década de 50, se multiplicando nas décadas seguintes, serão mobilizadores, compondo cenários para os vários deslocamentos nas Ciências Humanas. Os sociólogos militantes constroem propostas de “contra-sociologia” ou sociologias “engajadas”. Podemos citar aqui os trabalhos de Alain Touraine (1982),

como, por exemplo, sua proposta de um método de “intervenção sociológica”, na década de 70, para demarcar a ação sociológica que coloca os movimentos sociais em análise, assim como os modos de organização em sociedade, estudando as configurações da sociedade, através de seus modelos culturais e das suas relações sociais. O método foi utilizado nos estudos da greve estudantil de 1976 na França, do sindicalismo operário, dos movimentos de mulheres, trabalhando com interlocutores com experiências próximas dos participantes, de modo que o pesquisador se colocava como mediador das discussões e das trocas de saberes.

O ponto de partida da intervenção sociológica consiste em constituir tais grupos, formados por atores os mais estritamente militantes, que assim permaneçam durante toda a duração da pesquisa, mas que, como militantes, se engajem também num trabalho de análise. Não deve haver contradição entre o papel de militante e o papel de analista, já que o analista está orientado para a descoberta do sentido mais profundo da ação (Touraine, 1982, pg. 40).

Barbier (1985, p.156) propõe uma pesquisa-ação institucional, como

desdobramento da pesquisa-ação de Kurt Lewin e demarca a diferença entre estas, dizendo que o objeto da pesquisa-ação institucional refere-se ao “campo institucional no qual gravita o grupo em questão”. Para além do movimento permanente na “reflexão da práxis dos grupos sociais por eles mesmos”, que marca a pesquisa-ação, na proposta institucionalista de Barbier (1985, p. 156) trata-se de desconstruir através de um método analítico, “a rede de significações das quais a instituição é portadora enquanto célula simbólica”. A criação de um dispositivo analisador dos fatores inconscientes da vida social, num contexto participativo, referencia o caráter clínico e político da ação e da pesquisa. Barbier (1985) situa a virada epistemológica e política na pesquisa, com o método clínico presente nas Ciências Humanas, em oposição ao método experimental. Método clínico, nesta perspectiva é proposto no entrecruzamento da psicanálise e da sociologia crítica, mas dialogando com conceitos operadores da socioanálise francesa numa vertente mais marxista, para uma análise coletiva dos fatores inconscientes da *práxis* nos locais da ação. O conceito de implicação, tomado

de Lourau (1975), em Barbier (1985) é operado especialmente na perspectiva das relações sociais marcadas pelas diferenças de classe e suas contradições.

Nessa proposta, ainda que o social seja tomado enquanto produção histórica, abandonando-se uma visão abstrata dos fenômenos psicológicos e visando a crítica por meio de aproximações freudo-marxistas, trata-se de atingir processos de conscientização nos quais conhecer torna-se prerrogativa de transformar. A série constituída com este modo de pesquisar-agir já evidenciava o compromisso político do pesquisador, mas a ênfase estava na influência do pesquisador no contexto pesquisado e na finalidade conscientizadora do processo de investigação, operando a separação sujeito-objeto, teoria-prática e um lugar do pesquisador enquanto especialista.

Deslizando da série pesquisar-agir no movimento que leva a série pesquisar-intervir, destacamos que nessa última o social é problematizado como dimensão processual que enlaça movimentos de objetivação e de subjetivação do e no mundo, esfera de práticas sociais que enunciam um campo de forças, de modo que para conhecê-lo

é necessário recusar o emprego de regras de correspondência entre o conhecimento e a realidade social, por se reconhecer que a própria prática de pesquisa é social e produz efeitos nesse campo. Pesquisar-intervir implica em transformar para conhecer, em desestabilizar o instituído e acompanhar os movimentos instituintes, em um movimento que vai se diferenciando substancialmente da série pesquisa-agir constituída nas aproximações da perspectiva socio-histórica nos anos 60, a qual teve como referência os trabalhos de Kurt Lewin.

No Brasil, a concepção de intervenção se inscreve no movimento institucionalista e nas formulações da Análise Institucional, especialmente na Socioanálise, operando com uma proposta política de resistência na problematização das práticas e das instituições, na ruptura com as perspectivas clássicas de produção de conhecimento. A referência ao uso da pesquisa-intervenção parece ter se constituído em solo brasileiro na década de 80. Rodrigues e Souza (1987), ao discutirem os pontos de convergência de institucionalistas brasileiros, apontam o questionamento das formas de

investigação clássicas tradicionalmente aceitas como científicas, referindo a priorização da pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção com práticas que apontam a reformulação da proposta Lewiniana tendo como base o pensamento institucionalista. Cabe destacar, também, nesta composição de nossa história, a análise de Saidon (1987). O autor refere que deveríamos buscar as fontes de uma corrente brasileira de Análise Institucional em Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido, nos movimentos de resistência de 64 e 68, nas propostas das comunidades de base e na influência do exílio latino-americano, com sua proposição de práticas sociais no campo da Psicologia e da Psicanálise. Rocha e Aguiar (2003, 2007) discutem a pesquisa-intervenção no Brasil como uma tendência das pesquisas participativas, mas assumindo uma “intervenção de caráter socioanalítico”, em que o “dispositivo de intervenção marcará o ato político que toda investigação constitui” (Rocha e Aguiar, 2003, p.5).

Na análise da relação do percurso de pesquisar e intervir, na socioanálise, Lourau (1993, p.53) destaca o conceito

de restituição como importante questão, pois o processo de restituir às pessoas com quem se trabalhou o saber que se permitiu construir “é uma ideia recente que, por muito tempo, escapou completamente aos pesquisadores”. Neste sentido, refere que a noção de restituição está associada à experiência de uma virada epistemológica produzida com o acontecimento político do processo de descolonização que colocou em análise “as sempre presentes e negligenciadas relações de poder entre ciência e colonialismo”. Segundo o autor, uma discussão que se evidenciou através da produção do saber antropológico (Firth, 1997; Clifford 2002), mas cujo efeito analisador repercutiu no modo de produzir conhecimento, nos mais diferentes campos de saber, situando mais uma pista de como nosso modo de pesquisar é agenciado e produzido na política de abordagem do próprio social.

Neste contexto, o estudo de Lourau (1993, 2004) enfatiza no processo de pesquisar o conceito de restituição em articulação com o lugar da escritura e dos diários de pesquisa. Estes elementos visam construir um dispositivo socioanalítico que compreende a construção de dados com

os participantes, fazendo com que o processo de pesquisar possibilite “um movimento para retomar os acontecimentos, em geral, excluídos” (Lourau, 1993, p.57), incluindo a análise das implicações do pesquisador, dos demais participantes da pesquisa e das instituições que produzem estas relações. A intervenção na pesquisa socioanalítica, segundo o autor, tem a assembleia geral como uma das etapas, mas esta não pode ser imposta e nem tomada como condição ao processo de pesquisa. A restituição e a participação, nesta perspectiva, não constituem uma concessão, mas uma estratégia analítica deste modo de pesquisar-intervir que torna necessário o movimento de composição de um coletivo pesquisador.

Compondo a série que movimentamos os modos de pesquisar-agir e de pesquisar-intervir destacamos que os pesquisadores franceses, referenciados no movimento institucionalista, apesar de operarem em campos diversos, têm formação, principalmente, sociológica, mantendo aproximações no que diz respeito às propostas metodológicas. No entanto, apesar de operarem com a noção de intervenção em suas diferentes linhas de análise institucional, ao discutirem a

pesquisa não usam o termo para identificá-la, mas sim como princípio.

Ardoino (1987) apontava suas preocupações com os riscos do uso da noção de intervenção já que intervir é sinônimo de mediação, intercessão, ajuda, apoio, cooperação; mas é também, em outros contextos, sinônimo de intromissão, intrusão, podendo estar associada à coerção e repressão. Lourau (1993), ao discutir a noção de intervenção, chama atenção de que esta é usada, na França, para quase todas as atividades, mas se propõe a discutir um significado mais preciso deste termo a partir da sociologia. Assim, propõe uma sociologia de intervenção em oposição a uma sociologia do discurso, apresentando-se como um “sociólogo praticante”, pois para Lourau (1993, p.28). “Intervenção significa, aqui, que o pesquisador é, ao mesmo tempo, técnico e praticante”. Mais do que uma mera ação, a proposta institucionalista de pesquisa radicaliza a noção de neutralidade científica, reconhecendo o lugar do pesquisador sempre implicado. A origem etimológica do termo intervir, vem do latim *interventio* e significa vir entre (Ardoino,1987). Neste sentido, intervir é criar dispositivos de análise

coletiva com a problematização permanente dos lugares ocupados por pesquisadores e demais participantes destes coletivos em análise. A ênfase está na desnaturalização das práticas e das instituições, ou seja, o questionamento e desconstrução dos modos como esta experiência é tomada como natural. A análise é produzida através de analisadores que podem ser: um tema, uma cena, uma pessoa, um acontecimento, qualquer coisa que produza a análise.

Rossi e Passos (2014, p. 22) referem que, na “inflexão brasileira do institucionalismo”, a pesquisa-intervenção radicaliza a pesquisa-ação e passa a definir seu “plano de atuação entre a produção de conhecimento e a transformação da realidade, seja ela dos grupos, organizações ou subjetividades, tomando os analisadores como operadores clínico-políticos.” Na análise que busca uma revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil, os autores destacam que passamos a designar o método da intervenção, e “a direção de que se trata neste método é aquela que busca aceder aos processos, ao que se passa entre os estados de coisas, entre as formas

instituídas” (Rossi & Passos, 2014, p.22).

O modo como esta série pesquisar-intervir vai afirmando seu plano analítico é apontado por Rocha e Aguiar (2007) ao refletirem sobre como este processo foi ocorrendo no Rio de Janeiro, nos anos 70. As autoras destacam que os “conceitos-ferramentas institucionalistas (franceses e argentinos), os foucaultianos e os esquizoanalíticos” provocaram produções que foram sendo abrigadas no campo da psicologia, diferindo da experiência europeia.

Na exploração dos riscos da singularização, metabolizando contribuições estrangeiras e nossas heranças, por vezes dissonantes, o desafio tem sido o de manter viva a força analisadora que tais movimentos trouxeram às práticas “psi”. Por isso, quando nos interpelam se realmente teríamos constituído uma análise institucional no Brasil (brasileira), ou se o que fazemos é Psicologia social, respondemos investindo na constituição de práticas que possam dar consistência ao movimento que, a depender de seus agenciamentos, podem nos levar às armadilhas do mesmo ou aos escapes da subversão e da invenção (Rocha; Aguiar, 2007, p. 655).

Neste sentido, ao direcionarmos

nosso olhar para o contexto brasileiro, destacamos que o diálogo com Michel Foucault vai afirmar esta atitude analisadora de profissionais da Psicologia que vinham fazendo formação em Análise Institucional com Gregório Barenblitt (1994) e Osvaldo Saidon (1987). Esta formação amplia a possibilidade de análise à medida que os estudos foucaultianos possibilitam operar com novos conceitos na proposta de desnaturalização das instituições e das práticas, inclusive da própria Psicologia, sobretudo em obras tais como *Vigiar e Punir* e *a História de Loucura*, publicadas na década de 70. O autor já era referenciado por profissionais e pesquisadores/as que se reuniam em torno de uma psicologia social crítica, marcada pelo contexto de época dos movimentos sociais, na América Latina nos anos de 1970 e 1980. O contato com a obra de Michel Foucault provoca um deslocamento epistemológico, aproximação que não se dá por acaso, pois muitos profissionais agregavam às práticas de militância a formação em análise institucional, com influência da Psicologia Social Argentina, do Movimento Institucionalista Francês e da Antipsiquiatria Italiana. O cenário

era de problematização das práticas da psicologia que operavam na lógica adaptacionista e segregadora, solo fértil para a escuta de Michel Foucault nos anos 70, quando este proferiu várias conferências no Brasil, algumas reunidas na obra “A Verdade e as Formas Jurídicas” (Foucault, 2011). Pode-se então afirmar, que este encontro contribuiu, de forma significativa, na construção de outras estratégias de análise e intervenção nas experiências de análise institucional e de pesquisa.

Neste diálogo com Michel Foucault, retomamos o caminho indicado por Rocha e Aguiar (2007, p.655) de investir “na constituição de práticas que possam dar consistência” aos modos de inventar a intervenção no percurso de pesquisar. Foucault (2003, p. 339) propõe o procedimento de acontecimentalização no processo que visa uma ruptura das evidências “essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas”, fazendo emergir uma singularidade, um corte na continuidade histórica. Consiste ainda em “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias, etc. que, em um dado

momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (Foucault, 2003, p. 339). Nesta análise das práticas não estamos operando no nível das representações, mas das racionalidades que as organizam em sistemas de ações que operam através de dispositivos de controle-dominância, conforme dedicado estudo do autor a respeito da loucura, do aprisionamento e da sexualidade.

A noção de dispositivo analítico é discutida por Monceau (2005, 2013) que, ao longo dos anos 2000, propõe pensar a diversificação das práticas de análise institucional sob o nome de socioclínica institucional, deslocando das técnicas para o processo de intervenção e as intenções de análise. Para o autor a caráter da intervenção se afirma na estratégia coletiva de análise, na força dos dispositivos constituídos para fazer ver e falar as instituições, modificando as práticas e as relações em jogo. Os dispositivos são considerados “arranjos passageiros, as montagens provisórias, que permitem a desestabilização dos modos instituídos de funcionamento, favorecendo assim a análise coletiva das forças instituintes, e em processo de institucionalização.”

(Fortuna, Monceau, Valentim e Mennani, 2014, p.260).

A noção de dispositivo a partir do diálogo com Foucault (1996), não será apenas tomado na perspectiva de uma análise que possibilita evidenciar os modos de governar e, portanto, de problematizar a ruptura com o instituído, mas no entrelaçamento dos planos de saber-poder-ética que compõe um campo de práticas. Interessa a Foucault analisar as racionalidades que sustentam as práticas nas instituições. “A racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas”, uma inteligibilidade que regula o fazer, o dizer, o agir sobre o outro e sobre si e que opera por generalizações. (Foucault, 2003 p.319). Estas generalizações operam regimes de verdade que sustentam uma lógica de dominação constituída, também, através da produção de conhecimento. A análise desta inteligibilidade, situando os elementos heterogêneos que a compõem no engendramento social em que vivemos, indica uma pista para o movimento de problematização da série pesquisar-intervir. Conforme destaca

Silva (2004, p. 14) é preciso observar que “cada formação histórica cria um campo de possibilidades de onde emerge uma certa problemática que engendra, ao mesmo tempo, uma configuração específica do social”, afirmando nossa perspectiva das variações dos modos de pesquisar que vão sendo produzidos nestas relações.

Nesse sentido, Foucault (1996) destaca a posição do intelectual em relação às funções do dispositivo de verdade que constitui o lugar da ciência e da pesquisa em nossa sociedade. É preciso considerar “[...] o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder [...]”, pois a questão está em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (Foucault, 1996, p. 13). O diálogo com Michel Foucault mantém a dimensão do problemático na constituição da pesquisa e evidencia como necessária a criação de intercessores que indaguem os modos como produzimos conhecimento e verdades.

As publicações sobre Análise Institucional no Brasil (Saidon & Kamkhagi, 1987; Rodrigues, Leitão &

Barros, 1992) integram trabalhos que expressam o encontro entre produções socioanalíticas e foucaultianas, mas, também, esquizoanalíticas, cujas derivações na pesquisa possibilitam, sobretudo por influência da cartografia enquanto método (Passos, Kastrup & Escossia, 2009), percorrer a série pesquisar-intervir.

Entre o Pesquisar-Intervir e o Pesquisar-Intervir

No percurso de construção do movimento de pesquisar-intervir destacamos a posição de que sujeito e objeto do conhecimento são constituídos no mesmo processo. Conforme afirmam Barros e Passos (2000), a pesquisa-intervenção assume o caráter sempre intervencionista do conhecimento, pois em qualquer de seus momentos todo conhecer é um fazer.

Não há indiferença no trabalho com os conceitos quando sabemos que são operadores de realidade. Neste sentido, eles nos chegam como ferramentas. Um conceito-ferramenta é aquele que está cheio de força crítica. Ele está, portanto, cheio de força para produzir crise, desestabilizar (Barros & Passos, 2000, p.

77).

Passamos a problematizar este movimento de desestabilizar e associamos o significado apontado por Ardoino (1987) para situar a noção de intervir, vir entre, o qual mantemos como enunciação da série analítica que pretendemos construir no movimento entre pesquisar-intervir e pesquisar-intervir. Um movimento de vir entre, lá onde a pesquisa e a experiência se fazem a um só tempo. Os modos de constituir o pesquisar e o intervir se ligam, assim, como mais uma produção deste movimento entre interferências.

O diálogo com Michel Foucault e Gilles Deleuze aciona a filosofia como princípio orientador desta análise, dando continuidade ao movimento que nos forçou a escrever sobre este tema: a problematização de como desnaturalizar nossas práticas de pesquisa-intervenção. Os termos e as condições de nosso processo de problematização encontram-se numa zona de criação, ou seja, num plano de imanência.

Evidenciando essa perspectiva conceitual, Zourabichvili (2005, p.1319) afirma que o plano de imanência é constituído por relações e que essas

relações são possíveis no momento em que “as significações ficam em suspenso, quando sabemos levar a enunciação a uma de suas relações desconcertantes, mais profundas que qualquer teoria, que se afirmam obstinadamente no pensamento e a forçam a entrever novas possibilidades de pensar e de viver.” (Zourabichvili, 2005, p. 1319).

Neste percurso, nos percebemos entre essas zonas de interferência que nos lançam entre o pensamento e a composição para construir um plano de referência singular de um modo de pesquisar. A filosofia, segundo Deleuze e Guattari (1992), é um construtivismo que implica em criar conceitos e traçar um plano de imanência, enquanto a arte cria agregados sensíveis e traça um plano de composição e a ciência cria funções e traça um plano de referência. Como é possível que um conceito, um agregado sensível e uma função se encontrem? Ao retomarem esta indagação de Deleuze (1997), os autores Barros e Passos (2000) situam uma relação de intercessão, de perturbação. Uma relação de troca, mas essa troca não é de informações, assim como não é imitar o que foi importado em um outro sistema. “Embarca-se na onda, ou

aproveita-se a potência de diferir do outro para expressar sua própria diferença.” (Barros & Passos, 2000, p. 77).

Deleuze (1997, p. 157) destaca: “Dizer ‘a verdade é uma criação’ implica que a produção de verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria [...]”. A verdade não é algo pré-existente, mas é criada em cada domínio de saberes, em cada campo de práticas.

Estamos diante de verdades operadas em funções estabelecidas pelos modos de fazer pesquisa que vão sendo problematizados à medida que as relações entre pesquisar, agir e intervir fazem emergir novas questões entre pesquisadores, pesquisados e contexto de pesquisa. As verdades pré-existentes passam a ser questionadas na potência de indagações-falsificações, as quais criam outras possibilidades de pensar os conceitos. Quando há abertura para afetar-se pela diferença que emerge no encontro de praticar a pesquisa no movimento de seu acontecimento, pensamos o impensável. Deleuze (2000) afirma que é no paradoxo que o pensamento encontra o impensável e a violência daquilo que força a pensar a

diferença, diferença radical e eterna repetição que ocorre pelo inacabamento do que a constitui no encontro.

No diálogo com a obra de Michel Foucault, Deleuze (1988, p. 94) afirma que “Pensar não depende de uma bela interioridade a reunir o visível e o enunciável, mas se dá sob a intrusão de um lado de fora que aprofunda o intervalo, e força, desmembra o interior.” É sempre de fora que uma força confere às outras, ou recebe das outras, a afetação. O lado de fora diz respeito a força, que se define pelo poder de afetar e de ser afetada por outra força com a qual se está em relação. Deleuze (1988) evidencia que as forças remetem a um lado de fora irreduzível, que não tem mais forma, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre outra ou recebe a ação de outra. É o combate na vida para afirmar uma existência. Nesse caminho, Deleuze e Guattari (1992, p.252) propõem a noção de um “pensamento como heterogênesse”.

Tal pensamento leva a um rompimento com os paradigmas da tecnociência, os quais colocam ênfase num mundo objetual de relações e funções para, em lugar disso, buscar suas

referências virtuais (Guattari, 1992), ou dito de outro modo, as forças em curso de atualização, de afirmação de modos de existência, o social, envolve a complexidade de forças do fora.

O fora, diz Neves (2004, p.137) “não é o exterior ou uma projeção fantasmática e imaginária”. É assim que, segue afirmando Neves (2004), o socius para Gilles Deleuze e Félix Guattari não é um todo autônomo mas um campo de variações entre uma instância de agregação (máquinas molares - técnicas e sociais) e uma superfície de errância (máquinas desejanças) como regimes diferentes de uma mesma produção imanente. Deste modo, as estratégias de análise do social precisam, inevitavelmente, ser traçadas por entre macro e micropolítica, por entre zonas de processualidade que procedendo por variações contínuas, coagulam-se, ainda que provisoriamente, em determinadas configurações. O social é, então, historicamente produzido por um funcionamento maquínico de fluxos heterogêneos geradores de diversos códigos semióticos, de sujeitos e de objetos desempenhando o desejo um papel crucial no processo de produção de modos de existências materiais e

subjetivos.

Pesquisar-intervir por essa perspectiva, implica, assim, em interceder nesses fluxos, possibilitando novos rumos, novas linhas, novas direções. Pesquisar-intervir torna-se, então, não descobrir o que já "está" ou que já "é" e sim, interferir no entre das forças onde se encontram as condições para a produção e transformação de mundos.

Pesquisar-intervir, nessa perspectiva, coloca-se a serviço de um projeto político de interferir nos arranjos de forças que produzem modos de existência em um movimento cujo conhecimento produzido, afirma-se como invenção, como criação, como resistência. Criar é resistir, em última instância. Pesquisar-intervir é pesquisar-criar já que no momento mesmo do fazer pesquisa se ativa um sistema de inteligibilidade no encontro entre pesquisador e objeto-pesquisado e não do pesquisador sobre o objeto. Inteligibilidade essa posta a serviço da produção de acontecimentos no campo, da produção de sentidos, da abertura de linhas problemáticas que possibilitem desestabilizar o que se apresenta como unidade: o indivíduo, o social, por

exemplo, por meio de procedimentos que possibilitem transversalizar (Guattari, 1985), isto é que possibilitem "traçar o eixo da diagonal que embaralha os códigos, colocando lado a lado os diferentes, liberando as diferenças de seus lugares dados" (Barros & Passos, 2012, p.241). A noção de transversalidade, então, leva-nos a uma prática analítica que, por entre macro e micropolítica, faz-se comprometida com a produção de novas subjetividades.

Deleuze (1997) explora ainda mais a potência do conceito de transversalidade a partir do conceito de intercessor. Expõe essa noção para dizer que sempre se trabalha em vários. Podem ser pessoas ou também coisas, reais ou imaginárias, relações que abram caminhos para o pensar (interferir, fazer ressonâncias). Passos e Barros (2000) referem que os intercessores operam como figuras híbridas, não podendo ser pensados fora da relação de interferência que se produz entre determinados domínios.

O conceito de intercessor remete para uma operação de colocar-se no entre dos processos, no encontro da macro com a micropolítica, no enlace do desejo com o capital. Estamos tratando

do capital em sua configuração mundial e integrada, conforme abordam Guattari e Rolnik (1996), por sustentar-se num processo vertiginoso de produção de modos de existência nos diferentes registros do social. Pesquisar, assim, operando pelo conceito de intercessão, consiste em produzir análises que desmontem essa máquina de captura capitalística, possibilitando linhas de fuga às lógicas instituídas capazes de permitir ao pensamento, pensar diferentemente. Trata-se de instalar-se no entre, no meio, por uma prática intercessora.

Mais um entre... interferindo

Nosso movimento com a série pesquisar-interferir leva-nos a falar em pesquisa-intercessão, tal como podemos pensar a partir do diálogo com Gilles Deleuze e Félix Guattari, afirmando uma modulação radical em relação a própria concepção de ação, tal como proposta no escopo da pesquisa-ação, e de modo mais sutil, em relação a concepção de intervenção, tal como proposta pelos socioanalistas.

Pesquisar-interceder é pesquisar-interferir com as forças, situando-se com

mais uma força na composição desta relação, aproximando o díspar e perturbando a ordem das coisas. Ela implica, assim, a afirmação de um modo de produzir conhecimento que visa o movimento, que o ativa, que o inventa. Com isso, o pesquisador forja-se como criador no fluxo dos processos e não como aquele que reflete sobre a realidade; ele afirma-se como aquele que falseia o campo de pesquisa possibilitando, desta maneira, produção de mundos. Em quem se torna este pesquisador? Em muitos... Paradoxalmente, é lá, no espectro das impossibilidades, que se faz o movimento de pesquisar-interferir, no qual um pesquisador-intercessor produz seu plano de possíveis.

Referências

- Ardoino, J. (1987). La Intervención: Imaginário de cambio o cambio de lo imaginario? In: Guattari, F. et al. *La Intervención Institucional*. México: Plaza y Valdes, pp. 13-42.
- Barembliitt, G. (1994). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*. Teoria e Prática. Rio

- de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, R. B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina, Ed. da UFRGS, 2007.
- Barros, R. B. & Passos, E. (2000) A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79.
- Clifford, J. (2002) *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Deleuze, G. (1988) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. (1997). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (2000). *Diferença e Repetição*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992) *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Firth, R. (1997) Segunda Introdução: 1988. In: Malinowski, B. *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro: Record, p. 25-35.
- Fortuna, C., M.; Monceau, G.; V, S. & Mennani, K. L. E. (2014) Uma pesquisa socioclínica na França: Notas sobre a Análise Institucional. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 2, p. 255-266, Maio/Ago.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. (6ª ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2003) Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: *Estratégia, poder-saber*. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp.335-351.
- _____. (2011) A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular – pulsações políticas do desejo*. Rio de Janeiro: Brasiliense.
- _____. (1992) *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34.
- Guattari, F. & Rolnik, S.(1996). *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Lewin, K. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.
- Lourau, R. (1975). *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1993). *Análise Institucional e*

- Práticas de Pesquisa*.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- _____. (2004) Uma Técnica de Análise de Implicações: B. Malinowski, diário de etnógrafo: 1914 -1918. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista em tempo integral*. São Paulo, Hucitec, p. 259-283.
- Monceau, G. (2005). Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. *Educação e Pesquisa*, [online], v. 31, n. 3, p. 467-482, set./dez.
- _____. (2013). A Socioclínica Institucional para pesquisas em Educação e em Saúde. In: L'Abbate, S. (org.) *Análise Institucional e Saúde Coletiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, p. 91-103.
- Neves, C. B. A. (2004). Pensando o contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e capital. *Lugar Comum*, n.19-20, pp.135-158.
- Passos, E., Kastrup, V. & Escossia, L. (orgs.) (2009) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Rocha, M. L. & Aguiar, K. F. (2003) Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência Profissão*. v.23 n.4 Brasília, p. 64-73
- _____. (2007). Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27 n4, Brasília, pp 648-662.
- Rodrigues, Heliana de Barros C. (1999). Notas sobre o paradigma institucionalista: preâmbulo político-conceitual às aventuras históricas de "sócios" e "esquizes" no Rio de Janeiro. *Transversões: periódico do Programa de Pós-Graduação da Esso UFRJ*, 1(1), 169-199.
- Rodrigues, Heliana de Barros C. & Souza, V. L. B.(1987). A Análise institucional e a profissionalização do psicólogo no Brasil. In: Saidon, O. & Kamkhagi, V. R. (orgs.) *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, pp. 17-

- 36.
- Rodrigues, H. B., C.; Leitão, M. B. Sá; Barros, R. D. B. (orgs) (1992). *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rossi, André & Passos, Eduardo.(2014). Análise Institucional: Revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*. Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 1, jan-jun, pp. 156-181.
- Saidon, O. (1987). Introdução. In: Saidon, O. & Kamkhagi, V. R. (orgs.) *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p.11-16.
- Saidon, O.; Kamkhagi, Vida R. (orgs). (1987) *Análise Institucional no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Silva, R. N. (2004) Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 12-19; maio/ago.
- Touraine, A. (1982). O método da sociologia da ação: a intervenção sociológica. *Novos estudos*. CEBRAP, 1 (3), p. 36-45, julho, tradução de Danielle Ardaillon.
- Zourabichvili, F. (2005) Deleuze e a Questão da Literaridade.

Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1309-1321, set./dez.

Fernanda Spanier Amador: Pós-Doutora em Educação/UFRGS, Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

E-mail: feamador@uol.com.br

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto: Doutora em Educação/UFRGS, Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

E-mail: gislei.ufrgs@gmail.com

Nair Iracema Silveira dos Santos: Doutora em Educação/UFRGS, Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Tutora do Programa de

Educação Tutorial MEC/SESU.

E-mail: nair.iracema@gmail.com

Enviado em: 15/07/2015 – **Aceito em:** 17/08/2015
